

# ESTUDANTES SURDOS NÃO FALANTES DA LIBRAS E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: Uma análise das Políticas Públicas de Educação Inclusiva

ALINE OLIN GOULART DARDE<sup>1</sup>;  
ANA PAULA DE OLIVEIRA SANTANA<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Catarina – [alineolin@yahoo.com.br](mailto:alineolin@yahoo.com.br)

<sup>2</sup>Orientadora Universidade Federal de Santa Catarina – [anaposantana@hotmail.com](mailto:anaposantana@hotmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

A educação de surdos no Brasil ganhou notório destaque após o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais pela Lei n. 10.436/2002 e da Educação Bilíngue como uma alternativa condizente com as necessidades educacionais desses sujeitos, sobretudo, após a publicação do Decreto n. 5626/2005 que regulamenta a Lei que oficializa a Libras. Tais avanços estão evidenciados nas políticas públicas educacionais vigentes e na indicação de serviços próprios ou de apoio especializado para os estudantes surdos que optam pelo Bilinguismo, manifestado em escolas bilíngues, classes bilíngues e na escola inclusiva bilíngue.

De acordo com as políticas públicas educacionais inclusivas, aos estudantes surdos é garantido o direito de frequentar o ensino comum, na escola inclusiva, espaço onde sua diferença deve ser respeitada. Importante destacar que os estudos apontam a surdez como diferença, não podendo, assim, ser compreendida de uma única forma. Nesse sentido, entende-se a surdez do ponto de vista da heterogeneidade, produzindo-se várias formas de reconhecer o surdo na sua singularidade como sujeito social e como grupo, na sua heterogeneidade e nos modos de constituir-se como sujeito de linguagem nas interações sociais.

Na escola inclusiva, os estudantes surdos são público-alvo da Educação Especial e para eles é ofertado o Atendimento Educacional Especializado (doravante AEE), serviço da Educação Especial que atua de forma complementar e/ou suplementar ao ensino comum. Esse serviço, levando em consideração o seu caráter “especializado”, também deve direcionar suas práticas a partir de uma compreensão da diferença e da heterogeneidade desses sujeitos. Porém, nas políticas, nota-se uma orientação bem marcada para o Bilinguismo. Dessa forma, entende-se que para os surdos falantes de Libras, a escola inclusiva tem uma organização que busca contemplar práticas bilíngues que, por consequência, também fundamentam as práticas do AEE. Todavia, como o Bilinguismo nesse espaço trata-se de uma “escolha”, pressupõe-se que há uma heterogeneidade da surdez que não a “escolheu” e, logo, caracteriza-se por não falar Libras nas trocas interativas na escola inclusiva.

Sendo o AEE também um direito do sujeito surdo, independente da sua heterogeneidade, questiona-se a forma como ele apresenta-se para os estudantes surdos não falantes da Libras. Dessa forma, este trabalho tem o objetivo de apresentar alguns resultados encontrados na minha dissertação de mestrado por meio do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, na qual teve o objetivo de compreender os discursos sobre os sujeitos surdos não falantes da Libras nas políticas públicas educacionais inclusivas para entender as diretrizes de trabalho do AEE para esses sujeitos.

## 2. METODOLOGIA

Tem-se aqui uma pesquisa de cunho qualitativo no contexto da Linguística Aplicada, na qual seu objeto de estudo está situado nas práticas sociais discursivas, nas diferentes esferas de atividade humana. Aqui situada nos discursos das políticas públicas educacionais inclusivas, bem como nos discursos dos profissionais que gestam essas políticas nas diferentes nas redes públicas de ensino, no que diz respeito à inclusão dos surdos. Pesquisa que ancora-se teórico-metodologicamente no Círculo de Bakhtin e nos Estudos Contemporâneos de Análise Dialógica do Discurso.

Os movimentos constitutivos que delinearam essa pesquisa para geração e análise de dados foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de campo (entrevista com gestores da Educação Especial, um representante de cada esfera: municipal, estadual e federal). O primeiro movimento constitutivo foi o de pesquisa bibliográfica, na sequência, o de pesquisa documental, seguido da realização de entrevista com os gestores da Educação Especial. A análise dos dados materializou-se de forma diluída e entrelaçada ao texto, estabelecida pelas relações dialógicas dos discursos que as compõem.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As diretrizes do AEE para os estudantes surdos refletem e refratam os discursos produzidos nas políticas públicas educacionais inclusivas, atravessados pela bipolaridade e contrastes entre os discursos sobre a surdez produzidos historicamente a partir do viés biológico/clínico e do pelo viés socioantropológico, e que prevalecem até a contemporaneidade BAKHTIN [VOLOSHÍNOV], (2014 [1929]). O que corrobora-se com os discursos dos gestores da Educação Especial (GEE), vozes sociais que representam essas políticas nas esferas pesquisadas

Diante disso, para os estudantes surdos falantes da Libras, nota-se que as diretrizes do AEE são bem definidas por meio de proposta fundamentada no Bilinguismo. Para os estudantes surdos não falantes da Libras as diretrizes não são claras, uma vez que não apresentam uma proposta de trabalho fundamentado que contemple as necessidades educacionais e linguísticas desses sujeitos, assim como apresenta os falantes de Libras. Questões que relacionam-se diretamente com a gestão das políticas linguísticas para esses sujeitos.

O discurso da Educação Bilíngue para os surdos, nas políticas públicas de Educação Inclusiva nos últimos anos, ganhou força por meio do reconhecimento da Libras como língua oficial do país e das pesquisas em língua de sinais. O que gerou, uma maior valorização da educação Bilíngue, resultado da gestão do planejamento de status e *corpus* da língua (SEVERO, 2013).

Porém no que diz respeito à gestão do planejamento de usos (divulgação e usos da língua), prestígio (avaliação do uso da língua) e discursivo (trabalho ideológico que produz e coloca em circulação crenças sobre a língua) da Libras, que exercem o poder de mudar as práticas ou crenças dos usuários da língua e interferem diretamente em seu uso, pode-se dizer que ainda não deu conta de atingir todos os surdos (e suas famílias). De modo que eles possam crer no valor e benefícios sociais que a Libras pode possibilitar para seus falantes nas suas relações sociais SOUZA; SOARES ( 2014). O que, por consequência, ainda leva uma parcela dos surdos (ou seus familiares) a não optarem pela Libras e sim pela Língua Portuguesa como primeira língua. Isso porque essa língua já possui valor

social, por ser majoritária, e exerce *forças centrípetas* de unificação, atravessada pelos dos discursos biológico/clínico da surdez BAKHTIN (2014 [1975]).

#### 4. CONCLUSÕES

Na escola inclusiva é a “escolha” da língua, Libras e/ou Língua Portuguesa, que define o trabalho pedagógico para os surdos no AEE. Essas “escolhas”, na maioria das vezes, são realizadas por suas famílias ouvintes, com base nos discursos nos quais elas têm acesso, que por meio das trocas dialógicas que estabelecem com eles, constituem suas crenças e valores com relação à língua oral e à língua de sinais. Portanto, é uma “escolha” norteadas de subjetividade. Porém, o atendimento às especificidades linguísticas desses sujeitos não poderia estar condicionado a uma escolha subjetiva da família, que, por sua vez, pode não estar bem esclarecida sobre os benefícios do Bilinguismo.

A palavra “escolha” produz sentidos sociais vinculados à preferência, predileção, julgamento a partir de várias opiniões, situações, e à seleção de uma delas para uma determinada ação. Nesse contexto, questiona-se se realmente trata-se de uma “escolha” esclarecida, considerando que os discursos sobre a surdez são atravessados por conflitos, que muitas vezes revelam radicalidade de ambos os lados e influenciam as atitudes de quem faz essa “opção”. Trata-se também de uma “escolha” que reflete as políticas linguísticas de gestão estabelecidas para o contexto da surdez, que ainda não dão conta de planejar ações que leve à valorização dessa língua por quem deveria usá-la, ou seja, os surdos e suas famílias.

Enquanto os surdos que não optaram pela Libras (ou seus familiares) ainda não têm esclarecimentos suficientes para atribuírem o devido valor ao uso dessa língua para as suas relações sociais, há que pensar-se em alternativas para esses sujeitos considerando que na escola inclusiva existem os que optam e não optam pela Libras. Nesse sentido, o trabalho com a língua portuguesa para esses surdos, diferente do surdo que bilíngue, deveria ser fundamentado ensino de primeira língua considerando as suas especificidades linguísticas e como sujeito surdo.

Importante considerar que para além das vivências auditivas que os dispositivos auditivos eletrônicos proporcionam aos surdos, eles são sujeitos eminentemente visuais, para eles é pela visão que se acessa tudo LEBEDEFF (2017). E, no contexto educacional, quando fala-se em experiência visual para surdos não pode-se reduzi-las às experiências linguísticas visuais, ou seja, a utilização da língua de sinais QUADROS (2003). Mas de uma maneira mais ampla, possibilitar experiências escolares significativas que privilegiam a sua experiência visual no mundo STROBEL (2009).

Se a escola inclusiva é um espaço de respeito às diferenças e acolhimento de todos nas suas especificidades e se o estudante surdo não falante de Libras está na escola inclusiva e constitui-se nesse espaço, então é preciso construir um olhar sobre esse sujeito de outras formas. Sugere-se aqui o *modelo social da deficiência* que aproxima-se do entendimento produzido pelos sentidos construídos no discurso socioantropológico sobre a surdez como diferença. A “deficiência”, nesse contexto, ganha um novo sentido ideológico, que a afasta do sentido reducionista voltado para as causas biológicas e clínicas. Possibilita entendê-la como uma construção coletiva entre sujeito e sociedade, e assim, não a atribui ao tratamento médico e à reabilitação, como formas únicas para a garantia de direitos a essas pessoas WERNECK (2004). Nesse sentido, busca-se uma educação que valoriza a diferença em detrimento da “limitação”, que

compreende esses sujeitos a partir de suas *diferenças funcionais* ANGELUCCI (2014).

As sociedades dominadas por culturas que promovem ideologias hegemônicas não permitem a reflexão sobre o mundo, assim como possibilidades de mudança SIGNORINI (1998). Dessa forma, essa pesquisa em LA buscou, para além de identificar os problemas nas práticas de uso da linguagem no contexto da surdez, por meio da compreensão dos discursos produzidos pelas políticas públicas de Educação Inclusiva para o AEE dos surdos não falantes de Libras, mas também, propor mudanças e contribuir com a manutenção do ensino de línguas no contexto educacional inclusivo PENNYCOOK (1998). E dessa forma, produzir um conhecimento que desconstrua a supremacia de uma ideologia sob a outra e com ele propor reflexões que permitam gerar práticas de uso de linguagem que visem uma melhor qualidade vida aos sujeitos a quem endereça-se essa pesquisa.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELUCCI, C. **Medicalização Das Diferenças Funcionais – Continuismos Nas Justificativas De Uma Educação Especial Subordinada Aos Diagnósticos**. Rev. Nuances: Estudos sobre educação. v. 25, n. 1.p. 116-134. São Paulo, 2014.

BAKHTIN, Mikail Mikhailovich; VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira; colaboração de Lucia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014 [1929].

LEBEDEFF, T. **O Povo do olho**. Capítulo 10. In: LEBEDEFF, Tatiana (org) Letramento Visual e Surdez.. Rio de Janeiro: Wal Editora, 2017.

PENNYCOOK, A. A linguística aplicada nos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. IN: CAVALCANTI, Marilda do C., SIGNORINI, Inês (Org.). **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade**. São Paulo: Mercado das Letras, 1998.

QUADROS, R. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos:inclusão/exclusão. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n.05, p. 81-111, 2003.

SIGNORINI, I; CAVALCANTI, M (org). **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade**. São Paulo: Mercado das Letras, 1998.

SEVERO, C. **Políticas linguísticas e questões de poder**. Alfa, São Paulo, 57 (2): 451-473, 2013.

SOUZA, S.; SOARES, M. **Um Estudo Sobre As Políticas Linguísticas No Brasil**. Rev. de Letras, n.33, v. 1, UFSC: 2014.

STROBEL, K (a). **Surdos: vestígios culturais não registrados na história**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

WERNECK, C. **Modelo médico x Modelo social da deficiência**. p. 16-20. In: Manual da mídia legal 3: comunicadores pela saúde/Escola de Gente – Rio de Janeiro: WVA Editora, 2004.